

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.087 - MS (2019/0301332-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : RONALDO CRUZ DA FONSECA**  
**ADVOGADO : RONALD CASALI DA FONSECA - ES030116**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PACIENTE : BRUNO CESAR GOMES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## DECISÃO

**BRUNO CESAR GOMES** alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul**, que não conheceu do HC n. 1412445-94.2019.8.12.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado a 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A defesa busca, por meio deste *writ*, a incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas.

### **Decido.**

O Desembargador relator, ao indeferir liminarmente o habeas corpus lá impetrado, assim fundamentou (fls. 10-12):

Em que pesem os vigorosos argumentos, mister se faz salientar que o presente remédio heróico possui óbice que prejudica o exame de mérito e, por consequência, implica o não conhecimento.

Inicialmente, destaca-se que a construção jurisprudencial, amparada na aplicação analógica do art. 932, III, da Novel Lei Processual Civil, consoante autoriza o art. 3º do Código de Processo Penal, tem adotado entendimento no sentido de que o Relator de processo atinente à seara criminal, verificando a inadmissibilidade, pode, através de decisão unipessoal, não conhecer do expediente manejado em desatenção às normas que regem o Direito Processual.

[...]

# Superior Tribunal de Justiça

E, indene de dúvidas, é o que se constata na espécie.  
Isso porque, em análise ao caderno processual, observa-se que o impetrante maneja a ação constitucional com o fito de obter a reforma do que restou decidido na sentença. Certo é que, havendo previsão de instrumento jurídico pertinente à desconstituição de pronunciamento judicial, revela-se inadmissível a impetração da ação constitucional como sucedâneo recursal (apelação), máxime se cabível impugnação pela via jurídica própria.  
[...]  
Destarte, não conheço do habeas corpus.

Diverge a doutrina e, sobretudo, a jurisprudência sobre a viabilidade de se examinar habeas corpus quando há recurso de apelação pendente de julgamento. Dúvidas não há de que, em se tratando de discussão acerca da liberdade de locomoção, **diretamente** afetada por ilegalidade ou abuso de poder, o cabimento do remédio heroico é indiscutível. O problema surge quando a controvérsia se estabelece em nulidade ou em ilegalidade ocorrida na sentença condenatória, que refletirá, por via transversa, na liberdade individual.

Esse tema talvez tenha assumido notável relevância em razão do espectro de abrangência que tem sido dado, pela jurisprudência, ao habeas corpus. Se saudável foi a aceitação do *writ* como remédio para "todos os males", impõe definir os contornos da situação em que o *mandamus* é impetrado **simultaneamente** com o recurso cabível e o assunto tratado naquele restringe-se a capítulo deste último.

Por isso mesmo é que o Superior Tribunal de Justiça, na esteira do que vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, tem restringido o uso do remédio constitucional em substituição ao recurso próprio (apelação, agravo em execução, recurso especial), tampouco à revisão criminal, ressalvadas as situações em que, à vista da flagrante ilegalidade do ato apontado como coator, em prejuízo da liberdade do paciente, seja cogente a concessão, de ofício, da ordem de habeas corpus.

Vale dizer, o habeas corpus, cuja tutela emergencial recai sobre a liberdade de locomoção, é cabível quando houver **manifesta ilegalidade** que reflita diretamente na liberdade do indivíduo. Essas, aliás, eram as ideias apregoadas por Pontes de Miranda, ao afirmar que a pendência de recurso próprio não impede a impetração de habeas corpus quando se tratar de flagrante ilegalidade, com reflexos diretos na liberdade

# *Superior Tribunal de Justiça*

individual. Afinal, "o *habeas corpus* é remédio; não é recurso" (*História e Prática do Habeas Corpus*. 3. ed. Campinas: Bookseller, 2007, p. 292).

Não se discute que, **no caso**, eventual incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas ao acusado **poderá** ocasionar reflexos imediatos em sua liberdade de locomoção. Contudo, conforme dados do sítio eletrônico do Tribunal de origem, a defesa interpôs apelação, de maneira que, embora seja passível a análise, em habeas corpus, da matéria aventada neste *writ*, considero razoáveis as ponderações feitas pela Corte de origem, de que a apreciação dessa questão implica considerações que, **em razão da sua amplitude**, merece ser mais bem examinada em **apelação (já interposta, frise-se)**.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**